

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS						
31 de dezembro de 2020 e 2019						
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma						
conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.						
A Companhia e suas controladas consideraram as orientações contidas na Orientação Técnica OCPQ 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.						
2.2 Políticas contábeis e estimativas	As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.					
2.3 Base de preparação e apresentação	Continuidade operacional					
Em 31 de dezembro de 2020, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.						
Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e suas controladas, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia e suas controladas preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia e suas controladas. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia e suas controladas, podendo sofrer alterações.						

	Controladora			Consolidado			
	Referência	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS							
Receita operacional líquida		–	–	–	73.447	–	73.447
Custo de produção e operação de energia		–	–	–	–	(32.234)	(31.520)
Gerais e administrativas	(a)	–	(157)	(157)	–	(3.943)	(4.657)
Outras despesas e receitas operacionais	(a)	–	–	–	–	42	346
Energia elétrica comprada para revenda		–	–	–	(42)	–	–
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão		–	–	–	(2.142)	2.142	–
Taxa de fiscalização		–	–	–	(766)	766	–
Serviços de terceiros	(a)	(126)	126	–	(3.713)	3.713	–
Material		–	–	–	(230)	230	–
Seguros		(31)	31	–	(441)	441	–
Depreciação e amortização		–	–	–	(28.570)	28.570	–
Aluguéis e arrendamentos		–	–	–	(273)	273	–
Outras receitas e despesas operacionais	(a)	–	–	–	346	(346)	–
Receitas financeiras		14	–	14	6.536	–	6.536
Despesas financeiras		(4)	–	(4)	(1.100)	–	(1.100)
TOTAL		(147)	–	(147)	43.052	–	43.052

A natureza das reclassificações realizadas encontra-se descrita a seguir:
(a) As reclassificações a seguir foram efetuadas com o objetivo segregar os custos relacionados à atividade-fim do negócio e as despesas, que não possuem atividade-fim do negócio: no saldo das rubricas de "Serviços de terceiros", "Material", "Amortização e amortização", "Depreciação e amortização", "Aluguéis e arrendamentos", "Outras receitas e despesas operacionais", "Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão" e "Energia elétrica comprada para revenda".

2.7 Novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2021
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas:
- Imobilização: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)
- IFRS 17 Contratos de Seguros
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID 19 (Alteração CPC 06/IFRS 16)

2.8 Moeda funcional e de apresentação
A moeda funcional da Companhia e suas controladas, é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operações. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.9 Critérios de consolidação
Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.
O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.
As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.
As seguintes entidades são consideradas como controladas:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			2020	2019
Controladas diretas:				
Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia") (i)	Holding	São Paulo, SP	100%	0%
AES Tietê Eólica Participações S.A. ("Tietê Eólica")	Holding	São Paulo, SP	100%	0%
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Igarapóá, BA	100%	0%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Caetitê, BA	100%	0%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Caetitê, BA	100%	0%
Centrais Eólicas Seraiima S.A. ("Seraiima")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	0%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Caetitê, BA	100%	0%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Caetitê, BA	100%	0%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	0%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	0%
Centrais Eólicas Caetitê S.A. ("Caetitê")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	0%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	0%
Centrais Eólicas Espição S.A. ("Espição")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	0%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Caetitê, BA	100%	0%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	0%
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração eólica	Caetitê, BA	100%	0%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	0%
Guaimbê I Parque Solar Ltda. ("Guaimbê I")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê II Parque Solar Ltda. ("Guaimbê II")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê III Parque Solar Ltda. ("Guaimbê III")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê IV Parque Solar Ltda. ("Guaimbê IV")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê V Parque Solar Ltda. ("Guaimbê V")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica "investimentos de curto prazo". Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois o objetivo desta aplicação é receber fluxos de caixa pelo rendimento ou pela venda. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado. Dessa forma, não há reconhecimento de valor justo em outros resultados abrangentes.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e Equivalentes de caixa (numeração disponível)	46	3.760	5.768	4.052
Investimentos de curto prazo (CDB-DI)	5.324	–	421.989	71.352
Total	5.370	3.760	427.757	75.404

Em 31 de dezembro de 2020, os investimentos de curto prazo estão representados por CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. (92,18% em 31 de dezembro de 2019).

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.
O critério utilizado pela Companhia para constituir PECLD é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não constituiu PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de perdas.
Os saldos em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 80.935 (R\$ 13.389 em 31 de dezembro de 2019), são compostos por valores vencidos e a vencer, conforme segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Circulante		
Contratos de energia solares (i)	–	6.316
Contratos de energia eólicos (ii)	27.302	6.219
Mercado de curto prazo	46.733	7.170
Total	80.351	13.389

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Efeito da incorporação da Nova Energia (nota 1)	Amortização do intangível e da mais-valia gerado na aquisição de ativos		Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Guaimbê I Parque Solar S.A. ("Guaimbê I")	167.422	–	(805)	(204)	(1.549)	–	164.864
Guaimbê II Parque Solar S.A. ("Guaimbê II")	126.193	–	(806)	4.671	(2.339)	–	127.719
Guaimbê III Parque Solar S.A. ("Guaimbê III")	119.610	–	(715)	9.512	(3.024)	–	125.383
Guaimbê IV Parque Solar S.A. ("Guaimbê IV")	126.719	–	(803)	7.289	(2.479)	–	132.527
Guaimbê V Parque Solar S.A. ("Guaimbê V")	130.728	–	(799)	6.289	(2.665)	–	133.553
Nova Energia Holding S.A.	–	674.364	–	6.845	–	–	681.209
Total	672.512	674.364	(3.928)	34.393	(12.056)	–	1.365.285

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Amortização do intangível e da mais-valia gerado na aquisição de ativos		Dividendos	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Guaimbê I Parque Solar S.A. ("Guaimbê I")	166.229	(728)	(3.235)	373	–	4.783	167.422
Guaimbê II Parque Solar S.A. ("Guaimbê II")	124.495	(729)	(6.345)	88	–	8.684	126.193
Guaimbê III Parque Solar S.A. ("Guaimbê III")	117.204	(708)	(7.747)	89	–	10.772	119.610
Guaimbê IV Parque Solar S.A. ("Guaimbê IV")	126.719	(728)	(6.527)	88	–	9.007	128.559
Guaimbê V Parque Solar S.A. ("Guaimbê V")	128.703	(727)	(7.775)	89	–	10.438	130.728
Nova Energia Holding S.A.	–	–	–	–	–	–	–
Total	663.350	(3.620)	(31.629)	727	–	43.684	672.512

8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Consolidado	
	2020	2019
NÃO CIRCULANTE		
Garantias de financiamento (i)	57.127	–
Cauções e depósitos vinculados	40	–
Total	57.167	–

(i) O saldo também refere-se às Contas Reservas de O&M, que destina-se aos pagamentos das obrigações de contratos de dívida do Complexo Eólico Alto Sertão II no montante de R\$57.127.
A movimentação dos cauções e depósitos vinculados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro de 2019	–	–
Efeito da incorporação da Nova Energia (nota 1)	69.083	–
Adições (i)	88.511	–
Atualização monetária	1.157	–
Baixas e resgates (ii)	(101.584)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	57.167	–

(i) Refere-se às garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II.
(ii) Refere-se a resgates de garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II.

9. IMOBILIZADO

As controladas utilizam critérios definidos pelo Órgão Regulador e a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, respectivamente, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.
Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes. A vida útil dos bens foi revisada em conjunto com a valorização dos ativos ao seu custo atribuído.
A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL.
Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação

	Consolidado						
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Efeito da incorporação da Nova Energia (nota 1)	Adições	Provisão desmantelamento	Transferências	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Terreno	–	2.503	–	–	–	–	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	24.797	48.521	–	–	(997)	(277)	72.044
Máquinas e equipamentos	554.254	1.562.058	–	17.039	9.753	(4.557)	2.138.547
Móveis e utensílios e outros	23	–	–	–	–	–	23
Em curso	13	2.692	16.487	–	(8.756)	–	10.436
Direito de uso do terreno arrendado	11.691	27.280	2.625	–	–	–	41.596
Subtotal	590.778	1.643.054	19.112	17.039	(4.834)	–	2.265.149
Depreciação	(43.446)	(255.860)	(43.772)	(637)	–	1.201	(342.514)
Depreciação do direito de uso do terreno arrendado	(634)	(1.785)	(550)	–	–	–	(2.869)
Total	546.798	1.385.409	(25.210)	16.402	–	(3.633)	1.919.766

	Consolidado					
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Adoção inicial IFRS16/CPC06 (R2)	Adições	Transferências	Outras mutações (I)	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	24.797	–	–	–	–	24.797
Máquinas e equipamentos	554.039	–	–	215	–	554.254
Móveis e utensílios e outros	23	–	–	–	–	23
Em curso	138	–	420	(215)	–	13
Direito de uso do terreno arrendado	–	11.691	–	–	(330)	11.691
Subtotal	578.997	11.691	420	–	(330)	590.778
Depreciação	(43.446)	–	(23.954)	–	–	(43.446)
Depreciação do direito de uso do terreno arrendado	(634)	–	(534)	–	–	(634)
Total	559.505	11.691	(24.068)	–	(330)	546.798

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, impostos e valor justo de instrumentos financeiros.

2.5 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração
A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperáveis, e portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (*impairment test*), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

2.6 Reclassificação de saldos comparativos
A Administração da Companhia e suas controladas, com o objetivo de simplificar e melhorar a apresentação das demonstrações dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, procedeu reclassificações nessas demonstrações contábeis originalmente autorizadas. As reclassificações são resumidas conforme o quadro a seguir:

	Controladora			Consolidado			
	Referência	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado
(i) As transações de energia no mercado de curto prazo (SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor causada por limitares de agentes que impedem a liquidação financeira do GSF. Com base em uma avaliação das garantias e histórico de recebimentos, a Companhia realizou uma análise deste contas a receber e concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.							
(ii) Valor referente à receita fixa de contrato de leilão de energia, com liquidação no mês subsequente.							
(iii) Valor de dezembro de 2020, os saldos de contas a receber vencidos estavam assim apresentados:							

	Consolidado			
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total
		De 180 à 360 dias	Mais de 360 dias	
Circulante				
Mercado de curto prazo	–	21.308	25.425	46.733
Contratos de energia eólicos	27.302	–	–	27.302
Contratos de energia solares	6.316	–	–	6.316
Total	33.618	21.308	25.425	80.351

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente.

→continuação

Guaimbê Solar Holding S.A.

CNPJ 30.757.186/0001-99

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) O saldo de R\$330 refere-se à compensação de adiantamento com fornecedores em aberto no período.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

10. INTANGÍVEL

a) A composição do intangível é a seguinte:

Consolidado				
	2020		2019	
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Direitos contratuais (i)	5,0%	75.871	(8.755)	67.116
Direito de exploração de autorização (i)	3,0%	9.421	(769)	8.652
Servidão de passagem		484	–	484
Intangível em curso		443	–	443
Outros		2.014	(378)	1.636
Total		88.233	(9.902)	78.331

(i) Referem-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Complexo Solar Guaimbê, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização.

b) **Movimentação do intangível:**

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019 é como segue:

12. DEBÊNTURE

12.1 Os saldos de debênture, não conversível está composto da seguinte forma:

Consolidado									
2020									
Circulante									
					Não Circulante				
Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	Total circulante + não circulante
2025	IPCA + 7,61% a.a.	218	25.152	(244)	25.126	42.968	(974)	41.994	67.120
2025	IPCA + 7,87% a.a.	230	14.693	(141)	14.782	54.572	(563)	54.009	68.791
Total da dívida		448	39.845	(385)	39.908	97.540	(1.537)	96.003	135.911

12.2 **Movimentação da debênture é como segue:**

		Consolidado	
		Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		–	–
Efeito da incorporação da Nova Energia (nota 1)		153.448	153.448
Encargos financeiros		2.982	2.982
Variação monetária		4.127	4.127
Pagamento de principal		(18.754)	(18.754)
Pagamento de encargos financeiros		95	95
Amortização custos de transação		95	95
Saldo em 31 de dezembro de 2020		135.911	135.911

12.3 **Características do contrato de debênture está descrito a seguir:**

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante (I)	Vencimento	Finalidade
Nova Energia (nota 1)	Debênture de Infraestrutura	146.000	15/12/2014	IPCA + 7,61% a.a. (1ª série) IPCA + 7,87% a.a. (2ª série)	Semestral	Semestral	68.120 69.265	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II

12.4 **Parcelas relativas ao principal da debênture e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:**

Consolidado			
	Debêntures	Custos de transação	Total
2022	35.653	(384)	35.269
2023	23.077	(384)	22.693
2024	20.981	(384)	20.597
2025	17.829	(384)	17.445
	97.540	(1.537)	96.003

12.5 **Compromissos financeiros - "Covenants"**

Como forma de monitoramento da situação financeira da controlada, seus credores, utilizam-se dos covenants financeiros, descritos nos contratos de debêntures, sendo o ICSD =1,3x, onde o Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") é calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social. Até 31 de dezembro de 2020 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

13. CONTA DE RESSARCIMENTO

Conforme estabelecido nos Contratos de Energia de Reserva (LER 2014) celebrados entre a Companhia e a CCEE, ao fim de cada ano contratual serão apuradas as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

O ressarcimento referente à parcela de energia contida na faixa de tolerância de até 10% de geração inferior ao montante de energia contratada, apurado em relação ao ano A, será pago pelo vendedor em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106% do preço de contrato vigente em A+1, considerados os montantes de energia adquiridos por meio de mecanismo de cessão previsto em contrato.

A movimentação dos saldos de ressarcimentos é como segue:

Consolidado									
	Saldo inicial 31.12.2018	Provisão/Reversão de Provisão	Amortização	Saldo final 31.12.2019	Efeito da incorporação da Nova Energia (nota 1)	Provisão	Amortização	Atualização	Saldo final 31.12.2020
CCEE LER 2014	130	1.760	–	1.890	–	–	(1.165)	–	725
CCEE - LER 2010	–	–	–	–	3.554	79	–	–	3.633
Total ativo	130	1.760	–	1.890	3.554	79	(1.165)	–	4.358
CCEE LER 2014	6.107	(827)	(5.273)	7	–	1.315	(542)	–	780
CCEE - LER 2010	–	–	–	–	26.173	5.607	–	340	32.120
Distribuidoras - LEN 2011	–	–	–	–	56.957	6.132	–	1.450	64.539
Renova Comercializadora - MCSD	–	–	–	–	1.868	–	(1.401)	–	467
Total passivo	6.107	(827)	(5.273)	7	84.998	13.054	(1.943)	1.790	97.906

14. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As controladas possuem contrato de arrendamento de terreno com sua controladora AES Tiete Energia S.A., no montante de R\$2.406. O terreno foi arrendado pelo prazo remanescente do contrato principal, com vigência até novembro de 2045. Além disso, foram considerados spread bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantias oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a.

A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

		Consolidado	Consolidado
		2020	2019
Saldo em 31 de dezembro de 2018		–	–
Adoção Inicial IFRS16/CP06 (R2)		11.691	11.691
Encargos financeiros		980	980
Pagamento de principal		(1.159)	(1.159)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		11.512	11.512
Efeito da incorporação da Nova Energia (i)		28.498	–
Adição		965	965
Encargos financeiros		1.967	1.282
Pagamento de principal		(2.001)	(1.244)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		40.941	12.515

(i) Conforme nota explicativa nº 1, 7 e 9.

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

Fluxo futuro		
CIRCULANTE		
2021	379	75
Subtotal	379	75
NÃO CIRCULANTE		
2022	417	82
2023	458	91
2024	504	100
2025	554	110
2026	608	121
após 2025	38.021	11.936
Subtotal	40.562	12.440
Total	40.941	12.515

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Consolidado		
	2020	2019
Passivo Circulante		
Créditos diversos - Outros	983	631
Cauções em garantia	136	1.376
Outras obrigações meio ambiente	372	–
Outras obrigações	–	62
Subtotal:	1.491	2.069
Passivo Não Circulante		
PIS sobre débitos fiscais diferidos	532	–
COFINS sobre débitos fiscais diferidos	2.455	–
Outras obrigações meio ambiente	461	–
Desmobilização (nota 9)	37.705	–
Subtotal:	41.153	–
Total:	42.644	2.069

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social
O capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$ 1.335.609 representado por 1.335.608.832 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 661.245 em 31 de dezembro de 2019).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de novembro de 2020, foi aprovada o aumento do Capital da Companhia resultante da incorporação de ações da Nova Energia, com o consequente aumento de capital no montante de R\$674.364 e emissão de 674.364.297 novas ações.

Reserva legal

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei.

Reserva de lucros

	2020	2019
Reserva legal	3.811	2.138
Dividendo adicional proposto	33.791	12.663
	37.602	14.801

Destinação do resultado

De acordo com o estatuto social da Companhia, as importâncias apropriadas à reserva de lucros são determinadas como segue:

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

O lucro líquido apurado será destinado conforme determinação da Assembleia Geral, conforme recomendação da Diretoria, após deduções previstas em Lei e o disposto no Capítulo XVI da Lei das S.A.:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) A Companhia distribuirá, como dividendo mínimo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo de 2% (dois por cento) do lucro líquido do exercício deduzidos os valores destinados à constituição da Reserva Legal. Os acionistas poderão, no entanto, deliberar de forma unânime, em Assembleia Geral, pela distribuição de um percentual maior.
- A Companhia poderá levantar balanços periódicos a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores, mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	33.463	39.916
Constituição de reserva legal	(1.673)	(1.936)
Base para pagamento de dividendos	31.790	37.920
Destinação:		
Dividendos mínimos obrigatórios	636	–
Distribuição de dividendos intermediários	–	27.894
Dividendos adicionais propostos	31.154	10.026
Total destinado	31.790	37.920

	Consolidado				
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Efeito da incorporação da Nova Energia (nota 1)	Adições	Baixas	Transferências
Direitos contratuais	75.871	–	–	–	–
Direito de exploração de autorização	9.420	–	–	–	–
Servidão de passagem	484	–	–	–	–
Em serviço	–	2	–	–	2.013
Em curso	443	1.331	742	(60)	(2.013)
Subtotal	86.218	1.333	742	(60)	–
Amortização	(5.442)	–	(4.460)	–	–
Total	80.776	1.333	(3.718)	(60)	–

	Consolidado		
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Ajuste a valor justo na aquisição	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Direitos contratuais	75.871	–	75.871
Direito de exploração de autorização	9.420	–	9.420
Servidão de passagem	375	109	484
Em curso	38	405	443
Subtotal	85.704	514	86.218
Amortização	(1.360)	(4.082)	(5.442)
Total	84.344	(3.568)	80.776

11. FORNECEDORES

Os saldos consolidados no montante de R\$38.007 e R\$29.068 em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 respectivamente, referem-se principalmente, a valores a pagar aos fornecedores de equipamentos de manutenção e de operação dos parques solares.

		Consolidado	
		Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		–	–
Efeito da incorporação da Nova Energia (nota 1)		153.448	153.448
Encargos financeiros		2.982	2.982
Variação monetária		4.127	4.127
Pagamento de principal		(18.754)	(18.754)
Pagamento de encargos financeiros		95	95
Amortização custos de transação		95	95
Saldo em 31 de dezembro de 2020		135.911	135.911

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante (I)	Vencimento	Finalidade
Nova Energia (nota 1)	Debênture de Infraestrutura	146.000	15/12/2014	IPCA + 7,61% a.a. (1ª série) IPCA + 7,87% a.a. (2ª série)	Semestral	Semestral	68.120 69.265	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II

O ressarcimento apurado por desvios negativos abaixo da faixa de tolerância de 10% de geração, será pago pelo vendedor em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente em A+1.

A parcela de energia referente a desvios positivos contidos na faixa de tolerância de até 15% de geração acima da energia contratada poderá ser (i) repassada para o ano contratual seguinte como crédito de energia; (ii) cedida a outro vendedor do mesmo leilão comprometido com contratação de energia de reserva da mesma fonte e com saldo de energia negativo ou; (iii) objeto de recebimento de receita variável, valorada ao preço de contrato vigente no ano de pagamento e paga em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte.

A receita variável referente a desvios positivos de geração acima da faixa de tolerância de 15% será recebida em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte ao valor de 30% do preço contratual vigente no ano A+1

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Consolidado				
		2020	2019	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
CIRCULANTE				
CCEE LER 2014		121	314	1
CCEE LER 2010		281	18.372	–
Distribuidoras - LEN 2011		–	52.580	–
Renova Comercializadora - MCSD		–	467	–
NÃO CIRCULANTE				
CCEE LER 2014		604	386	1.123
CCEE LER 2010		3.352	13.827	6
Distribuidoras - LEN 2011		–	11.960	–
Total		4.358	97.906	1.890

Consolidado				
		2020	2019	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
CIRCULANTE				
CCEE LER 2014		121	314	1
CCEE LER 2010		281	18.372	–
Distribuidoras - LEN 2011		–	52.580	–
Renova Comercializadora - MCSD		–	467	–
NÃO CIRCULANTE				
CCEE LER 2014		604	386	1.123
CCEE LER				

continuação

Guaimbê Solar Holding S.A.

CNPJ 30.757.186/0001-99

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora			
2020		2019	
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL

a) Composição dos tributos no resultado:

Na rubrica de tributos:

Diferidos	(1.166)	(420)	-	-
Total	(1.166)	(420)	-	-

b) Demonstração do cálculo dos tributos:

	2020	2019	2020	2019
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Resultado antes dos tributos	35.049	35.049	39.916	39.916
Adições (exclusões):				
Resultado de equivalência patrimonial	(34.393)	(34.393)	(43.684)	(43.684)
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	3.928	3.928	3.620	3.620
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	81	81	148	148
Total das adições (exclusões)	(30.384)	(30.384)	(39.916)	(39.916)
Resultado ajustado	4.665	4.665	-	-
Alíquota nominal	25 %	9 %	25 %	9 %
Tributos	(1.166)	(420)	-	-
Total da despesa com tributos	(1.166)	(420)	-	-
Alíquota efetiva	3,3 %	1,2 %	0,0 %	0,0 %

Em 2019, conforme facultado pela legislação tributária, as controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social sob o regime de caixa. Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota explicativa nº 13) de suas controladas indiretas. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

Consolidado			
2020		2019	
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL

a) Composição dos tributos no resultado:

Na rubrica de tributos:

Corrente	(3.614)	(1.912)	(2.067)	(1.011)
Diferidos	(2.351)	(1.060)	(38)	(20)
Total	(5.965)	(2.972)	(2.105)	(1.031)

b) Demonstração do cálculo dos tributos:

	2020	2019	2020	2019
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Resultado antes dos tributos	42.400	42.400	43.052	43.052
Adições (exclusões):				
Ajuste lucro presumido	(27.809)	(20.425)	(34.945)	(32.390)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	5.527	5.527	(1.831)	(1.831)
Amortização da mais-valia em combinação de negócios - SEM IR/CS DIFERIDOS	3.928	3.928	3.620	3.620
Outras	1.590	1.590	(996)	(1.000)
Total das adições (exclusões)	(16.764)	(9.380)	(34.152)	(31.601)
Resultado ajustado	25.636	33.020	8.900	11.451
Alíquota nominal	25 %	9 %	25 %	9 %
Tributos	(6.409)	(2.972)	(2.225)	(1.031)
Outros	444	-	120	-
Total da despesa com tributos	(5.965)	(2.972)	(2.105)	(1.031)
Alíquota efetiva	14,1 %	7,0 %	4,9 %	2,4 %

Em 2019, as controladas eram optantes do regime de lucro real e teve o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

23. PARTES RELACIONADAS

Em 24 de abril de 2019, a controladora AES Tietê firmou um termo de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) com sua controlada indireta Nova Energia, no valor de R\$854.409 (controlada direta à época do termo). No entanto, em 2021 houve um acordo de investimento, quando o Itaú aportou R\$855.000 para a Companhia ocasionando na rescisão do referido termo detalhado na nota explicativa nº 27.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

24.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados com base no que orienta o CPC48/IFRS 9. Dessa forma, a Companhia, com base no modelo de negócios para gestão de cada instrumento financeiro, classifica os ativos e passivos financeiros como segue:

	Notas	Mensuração do valor justo	Consolidado		Valor contábil	Valor justo	Categoria
			2020	2019			
ATIVO (circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa	3	Nível 2	5.768	5.768	4.052	4.052	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (i)	3	Nível 2	421.989	421.989	71.352	71.352	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4	Nível 2	80.351	80.351	13.389	13.389	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	8	Nível 2	57.167	57.167	-	-	Custo amortizado
Total			565.275	565.275	88.793	88.793	
PASSIVO (circulante e não circulante)							
Fornecedores	11	Nível 2	38.007	38.007	29.068	29.068	Custo amortizado
Dividendos a pagar			636	636	53	53	Custo amortizado
Debêntures	12	Nível 2	135.911	160.033	-	-	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	14	Nível 2	40.941	40.941	11.512	11.512	Custo amortizado
Total			215.495	239.617	40.633	40.633	

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco para o nível 3.

24.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia e suas controladas contam com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia e suas controladas, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou procedimentos internos.

Auditoria Interna

A Companhia conta com uma área de Auditoria Interna que atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados e o terceiro os controles de segurança da informação, todos em conformidade com as exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

O plano anual de auditoria tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio

de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possuam impacto nas demonstrações contábeis, e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, quando aplicável, e Auditoria Interna.

Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Administração, conduzido pela área de Ética e Compliance, cujo principal objetivo é "conhecer" os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e os respectivos ratings nas principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data-base de 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

Consolidado		
	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5.768	4.052
Investimentos de curto prazo	421.989	71.352
Contas a receber de clientes	80.351	13.389
Cauções e depósitos vinculados	57.167	-
Total	565.275	88.793

Caixa e equivalentes de caixa

Investimentos de curto prazo

Contas a receber de clientes

Cauções e depósitos vinculados

Total

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de *hedge* exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 31 de dezembro de 2020	Menos de 3 meses					De 3 a 12 meses					De 1 a 2 anos					De 2 a 5 anos					Mais que 5 anos				
Fornecedores	38.007					-					-					-					-				
Debêntures	-					50.854					75.193					49.045					-				
Passivo de arrendamento	49					330					417					1.515					38.630				
Total	38.056					51.184					75.610					50.560					38.630				

(b.3) Risco de mercado

O principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros.

A Companhia possui investimentos de curto prazo remunerados pela variação do CDI. Conseqüentemente, está exposta à flutuação da taxa de juros, impactando suas receitas financeiras. Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

O montante total de exposição líquida aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de dezembro de 2020 e 2019 é:

Consolidado		
	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5.768	4.052
Investimentos de curto prazo	421.989	71.352
Cauções e depósitos vinculados	57.167	-
Total	484.924	75.404

Caixa e equivalentes de caixa

Investimentos de curto prazo

Cauções e depósitos vinculados

Total

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e debêntures.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31.12.2020	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			1,14 %	1,70 %	2,27 %	2,84 %	3,41 %
Equivalentes de caixa (i)	CDI	495.438	5.648	8.422	11.246	14.070	16.894
Investimentos de curto prazo	CDI	1.521.031	17.340	25.858	34.527	43.197	51.867
Impacto no resultado			22.988	34.280	45.773	57.267	68.761

Dividas	Risco	Posição em 31.12.2020	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,65 %	2,47 %	3,30 %	4,12 %	4,95 %
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Edilícia	IPCA	(68.338)	(6.414)	(7.017)	(7.626)	(8.230)	(8.841)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Edilícia	IPCA	(69.494)	(6.706)	(7.321)	(7.942)	(8.558)	(9.180)
Impacto no resultado			(13.120)	(14.338)	(15.568)	(16.788)	(18.021)

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Complexo Alto Sertão II, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

25. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

Posição em 31 de dezembro de 2020	Consolidado					
	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	731	731	731	731	20.475	24.130
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (Tust e TUSD)	1.727	1.727	1.727	1.727	48.358	56.993
Modernização e manutenção	1.105	1.106	-	-	-	3.316
Total	3.563	3.564	2.458	2.458	68.833	84.439

26. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	2020
Direitos de uso do terreno arrendado	2.625
Provisão para desmantelamento	17.039
Efeito da incorporação da Nova Energia (nota 1)	674.364
Total	694.028

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Acordo de Investimento com Itaú Unibanco S.A.

Em 17 de março de 2021, a AES Tietê firmou um acordo de investimento com o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), por meio do qual o Itaú subscreve novas ações preferenciais, emitidas pela sua Companhia, detentora de ativos em operação, de geração de energia elétrica e solar.

Em 30 de abril de 2021, após a satisfação de determinadas condições suspensivas nos termos do Acordo de Investimento, comuns em operações dessa natureza, a AES Tietê e o Itaú efetivaram a transação.

Com a subscrição do aumento de capital, no valor de R\$855.000, o Itaú se tornou acionista da Companhia. Dessa forma, a AES Tietê passou a deter 1.335.608.832 ações ordinárias, ou 80,10%, e o Itaú 331.818.000 ações